

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

«Ditosa pátria que tal filho teve»:
a voz de Camões por
Nun'Alvares Cabral

AIRES A. NASCIMENTO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

«Ditosa pátria que tal filho teve»: a voz de Camões por Nun'Álvares Pereira

Aires A. Nascimento



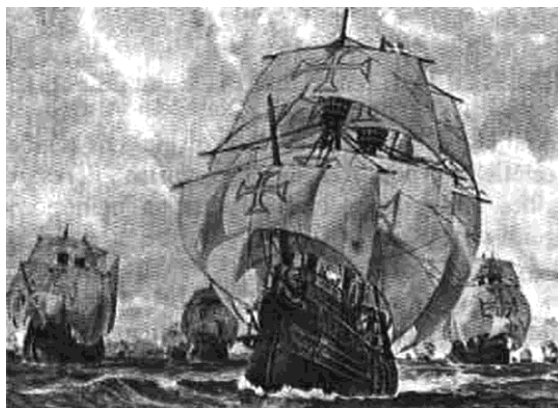
«Ditosa pátria que tal filho teve»! A expressão poderia ser de epigrama, mas é de poema épico, pertence a Camões e sintetiza a admiração e o respeito de um povo inteiro pela figura de Dom Nun'Álvares Pereira, apresentando-o perante outros povos como uma das mais relevantes figuras da sua terra. O contexto em que ocorre tal expressão (VIII, 28-32) é por demais significativo para necessariamente merecer a atenção de quem lê *Os Lusíadas* e procura apreender o processo da sua construção para melhor seguir as intenções que subjazem à sua estrutura.

É de louvor essa expressão posta na boca de Paulo da Gama e colocada em momento de solene apresentação da «história» portuguesa perante o Catual, que acabara de ser enviado pelo Samorim às naus portuguesas fundeadas ao largo da cidade de Calecute, com o fim de indagar da identidade dos navegadores que chegavam à Índia, vindos de parte desconhecida.

Na sequência dos factos narrados e supostos, Vasco da Gama deslocara-se ao palácio do Samorim para negociar um pacto de cooperação, mas o hindu, desiludido com a insignificância dos presentes e desinteressado da escassa qualidade das mercadorias que o capitão lhe propõe, desconfia das palavras de apresentação e das intenções por elas manifestadas. O rajá, aliás, não se considera instruído com o testemunho genérico dado pelo mouro Monçaide que, colhido em Melinde, parecia conluiado com os estrangeiros, de quem se diz conhecedor por ser originário das partes longínquas de onde eles provêm e estar ao corrente da fama que ali corre sobre os portugueses; enaltecera ele a bravura em combater os inimigos, mas ficava em suspenso se eles, vindos de tão longe, simulavam propósitos de guerra ou traziam razões de paz. Em atitude inopinada, o Samorim manda ao

Catual inteirar-se do que há nas naus que haviam ficado ao largo, sem pedirem licença para entrar no porto¹.

A estratégia do Samorim pretende surpreender e esconde segundas intenções; em construção épica, o episódio serve para revelar a identidade de um povo que se orgulha de uma história erguida ao longo de séculos, por entre ameaças alheias, e para apresentar os heróis cuja memória desencadeia e sustenta uma nova acção. Literariamente, adequa-se tal episódio ao desvendamento da razão do poema épico (celebrar a heroicidade de acções que se prolongam por séculos); presta-se igualmente a enunciar uma mensagem particular, qual é a da novidade do encontro de dois povos culturalmente diferentes, sublinhando com isso as contingências da descoberta de povos longínquos e deixando em aberto a afirmação da possibilidade de, por entre diferenças, construir uma nova experiência histórica que revele o homem a si mesmo no concerto do universo².



A chegada de um grupo desconhecido ao porto provoca natural desconfiança, mas não tem que gerar aversões e animosidades, tanto mais que, pela tradição dos povos, o estrangeiro deve ser respeitado, por ter por ele a protecção dos deuses; porém, a ambivalência dos sinais, mesmo quando enviados pela divindade,

¹ Não faltam obras que instruem sobre os factos históricos; aqui interessa-nos a construção camoniana. Para discussão de dados concretos, cf. Sanjay Subrahmanyam, *The career and legend of Vasco da Gama*, Cambridge University Press, 1997; Luís de Albuquerque (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994; Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994; Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Vega, 1979; José Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969; Jaime Cortesão, *História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1960-1962, 2 vols. A ilustrar a nossa análise socorremo-nos do azulejo pintado por Júlio Pomar e que se encontra a ornamentar a estação do metropolitano do Alto dos Moinhos, em Lisboa.

² Não pretendemos aqui sublinhar as diferenças e as novidades que tudo isso representa relativamente a poemas que servem de modelo ao nosso épico: se tem ele presente a chegada de Eneias a Cartago, onde rememora os acontecimentos em que esteve envolvido porque outros contribuíram para que a «muda poesia» já o tivesse precedido nas paredes no templo a que é conduzido, não terá menos presente o relato feito em terra estranha por Ulisses.

constitui interpelação e desafio à inteligência e compromete os intervenientes da acção a buscarem os meios de entendimento: sem concessões imprudentes e sem desconfianças extremadas, a colaboração deverá passar por pactos entre iguais, em que a recta intenção tem de ser não só presumida, mas também declarada e sustentada para que a razão fique esclarecida e dê legitimidade aos pactos.

O canto épico (que assenta na acção dos heróis em favor de um povo e no louvor colectivo que este lhes dedica) tem de particular que deixa para segundo plano as conveniências pragmáticas, nomeadamente as de âmbito comercial; todavia, não tem que as menosprezar e pode fazer delas razão de empenhamento mútuo em acções comuns. O encontro realizado com desconhecidos, quando visa objectivos comuns, ganha tanto mais relevo quanto os dois povos pretendem a superação do desconhecimento que a distância podia desculpar.

Na gesta de chegada dos Portugueses à Índia, cantada por Camões, há toda a superação heróica das vicissitudes marítimas, em esforço de um século inteiro³, mas também o confronto com a ambiguidade da força humana⁴ e bem assim, ao menos, em registo camoniano, a determinação de assentar novos feitos e promover conhecimentos que ultrapassam os antigos; em plano literário, fica aberto caminho para a afirmação de intenções destinadas à celebração de um pacto de civilizações que, no caso e na proposta assumida pelo poema épico de *Os Lusíadas*, põe lado a lado dois mundos diferentes, numa **idealização**

³ Basta-nos evocar aqui o contributo que a carta do Preste João das Índias (que, com razão, faz parte da literatura utópica) dera para suscitar ou secundar interesses que se lhe acrescentaram. Em versão peculiar, ela existia entre nós pelo menos em Alcobaça e certamente outras leituras se faziam fora desse claustro. Retenha-se que em finais do séc. xii, entre 1160 e 1177, circula nos meios ocidentais uma carta em latim (presumivelmente forjada na chancelaria imperial de Frederico II), endereçada por um tal Prestes João, imperador de um reino do Oriente, ao imperador Manuel Comneno de Bizâncio, a quem confessa a sua fé cristã (levada pelo apóstolo Tomé) e declara a plena realização do reino de Cristo expressa no cumprimento da mensagem evangélica (não há pobres) e nas grandes riquezas que revelam e antecipam o mundo escatológico; em plano estratégico, João oferece os seus préstimos para reconquistar Jerusalém, numa aliança que deite a perder os reinos muçulmanos que indevidamente retêm aquela terra sagrada. Cf. *Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas* (trad. Maria Leonor Buescu), Lisboa, Assírio & Alvim, 1998; Ricardo da Costa, «Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e morte», *História*, 9, 2001, pp. 53-64.

⁴ A guerra é circunstância que parece inevitável na história humana, embora abominável (cf. IV, 44: «Alguns vão maldizendo e blasfemando / Do primeiro que a guerra fez no mundo; / Outros a sede dura vão culpando / Do peito cobiçoso e sitibundo, / Que, por tomar o alheio, o miserando / Povo aventura às penas do Profundo»). Quem se presta a ela, só com esforço a ela não se rende (cf. IV, 48: «Não sofre o peito forte, usado à guerra, / Não ter inimigo já a quem faça dano»).

utópica de experimentar e julgar o que de melhor, de uma parte e doutra, se fez na história.



O deslumbramento dos navegantes perante um Oriente sonhado e feérico leva em si mesmo a sua recompensa, pois cumpre o sonho que impulsionava a acção — o conhecimento através do descobrimento⁵ (em experiência e não em leitura do registo feito por outros; em desvendamento de natureza e não em registo de escritura; em reconhecimento

e não em formulação de autoridade); além disso, para que o esforço não seja vão, na perspectiva camoniana, esse deslumbramento tanto é regressivo (pois mergulha na **espessura da memória histórica** que esses mesmos navegantes transportam consigo) como é projectivo (a memória fundamenta o futuro que se abre e se pretende fazer com outros).

Essa memória tem componentes negativas e positivas: está a condição humana condenada a defrontar-se com a guerra (disso têm experiência todos os heróis do poema épico e não escapam à tentação de lhe dar continuidade: cf. IV, 48). Em contrapartida (e numa dinâmica que não escapara a Heraclito de Éfeso), essa mesma condição humana aspira sobretudo a ser regida pela Harmonia e por isso a essa alegoria/transposição reserva o poeta o final do poema, quando, pela mão de Téthys (deusa do mar e esposa de Oceano) e em nome da «Sapiência suprema» (X, 75 e ss.), leva o seu herói a contemplar a «Máquina do Mundo» (X, 80, 1)⁶.

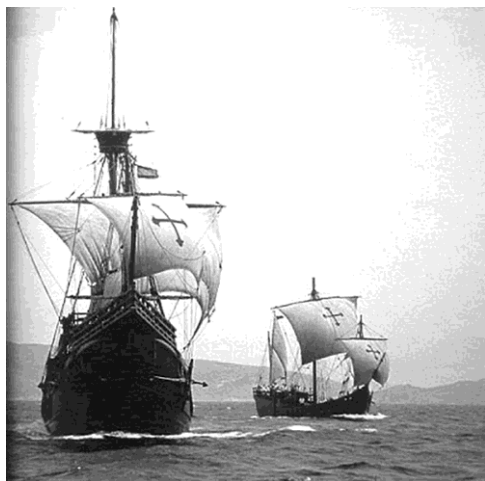
Porém, no episódio concreto da chegada à Índia, Vasco da Gama e o Samorim de Calecute representam dois mundos em que estão suspensos conflitos, até pelo

⁵ Propositadamente evitámos o termo «descoberta», que, sendo posterior (e de raiz francesa), não corresponde ao uso linguístico do tempo nem à atitude de «achar» e «saber novas». Cf. J. Barradas de Carvalho, *À la recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise*, 2 vols., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1983.

⁶ A imagem que incluímos reproduz a que encontramos no blogue realizado pelo Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, a que é dado o título de «A astronomia na obra de Camões (III)».

desconhecimento mútuo. A questão é a de saber se será possível a superação desses conflitos: um dos antagonistas tudo procura para relançar o seu tempo histórico e por isso abre as portas da Memória; o outro guarda a reserva de quem nada procura, mas, ao sentir-se interpelado e, mesmo que lhe interesse declaradamente descortinar a sinceridade de quem o demanda, dá ocasião a que o **estrangeiro revele a sua identidade**. Este, por seu lado, tem nisto momento privilegiado para recuperar a **memória** e sobretudo para a purificar, de forma a obter o que de melhor retém, como modo de fazer acreditar uma proposta de pacto para uma história futura.

*



Nesta recuperação da história, feita em forma sintética (de concentração no tempo narrativo) e em modo épico (de tom grandioso e grandiloquo), têm funcionalidade decisiva as **figuras evocadas** e importará atender ao lugar que elas ocupam na economia do poema, ao modo de encarecimento e aos dados retidos para as retratar.

As figuras históricas são as referências fundamentais da memória; as bandeiras, que exornam a nau capitaina, são instrumento dessa memória para um cenário em que o processo literário, sendo inventivo, pressupõe coerência com o que se pretende celebrar; as figuras e as gestas dos heróis pintadas nessas bandeiras são «muda poesia» (VII, 76, 8) que, remetendo para a memória, a tornam presente e activa, em momento de viragem da história como acto de reconhecimento do valor colectivo e afirmação do comprometimento com novas gestas. Assim, transforma-se uma viagem de interesses económicos e/ou militares em acto significativo que relança a história de um povo na história universal — dando perspectivas à utopia que o mito do Preste João alimentava nas mentes ocidentais, mas fazendo das figuras maiores de uma história os esteios de um futuro que parece ao alcance da mão, pesem embora as contradições e as peripécias de um encontro sem entendimento.

*

A forma específica de cada uma dessas figuras e a diferença de tratamento delas são factores que não podem ser indiferentes à análise. Uma dessas figuras tem relevo particular: a de **Dom Nuno**. A sua singularidade vem tanto dos traços directos que a compõem e a tornam distintiva, como do modo como é evocada na relação de complementaridade que tem com as outras.

Venhamos ao texto camoniano. Abre-se nele uma lição de história que define o carácter dos portugueses e dá ao estrangeiro razão para julgar das vantagens de acordos de paz e de comércio (que nisso estavam assumidamente comprometidos os Portugueses, por iniciativa do próprio iniciador dos Descobrimentos⁷).

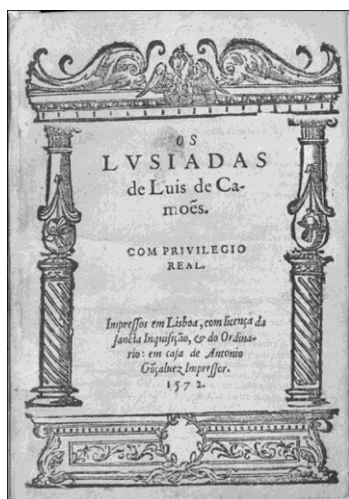
Ao receber o Catual na sua nau, é preocupação do comandante português (aliás, precavido pela retenção em terra do seu capitão) encarecer os motivos que possam tornar favorável o juízo do senhor daquela terra.

A sequência narrativa constrói um cenário em que os «purpúreos toldos» e as bandeiras de seda se desfraldam para a recepção festiva, mas se abrem para mostrarem «pintadas as guerreiras / obras que o forte braço já fizera» (VII, 74). A «muda poesia» necessita de intérprete e essa função é entregue a Paulo da Gama. Interessado se mostra o Catual por ouvir o que se representa nas bandeiras. O intérprete detém-se em cada uma das figuras que lhe são referidas em modo de admiração.

A primeira é a de Luso: «no trajo a grega usança perfeita» e com «um ramo, por insígnia, na direita», em traje e figura de ancião de «aspeito venerando». A matéria épica é demasiado alta, pois o tempo fica distante e atinge a esfera sagrada da Memória; o poeta impõe-se, por isso, a suspensão da narrativa para invocar os favores das Musas e as Camenas sob o nome de Ninfas do Tejo e do Mondego, com isso assinalando a solenidade do que vai descrever (VII, 78-87).

⁷ Veja-se como se evoluiu nos contactos com os outros povos, no relato feito por Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento primeiro da Guiné — De prima inuentione Guinee* (Manuscrito de Valentim Fernandes): edição crítica, tradução, notas de comentário por Aires A. Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 2002. Nas circunstâncias do poema, por ausência do capitão da armada, retido no palácio senhorial, compete a seu irmão, Paulo da Gama, responder à inquirição do enviado pelo Samorim e acolher o Catual que vem não apenas «desejoso / de poder-se informar da gente nova» (VII, 67, 3-4), mas disposto a escrutinar «a frota, as armas e a maneira / Do fundido metal que tudo rende» (VII, 72, 4-6). A operação escrutinadora que o Catual vem executar não estava prevista; na antecipação que literariamente se monta, previra-se o cenário das bandeiras que exornam a nau capitaina e que, diferindo e anulando o escrutínio, espicaçam a curiosidade de quem se considera com direito a tudo observar, com reserva mental de quem não revela as intenções.

Ora, esse tempo de suspensão serve para deixar entrever, na distância, o carácter excepcional dos tempos maiores da terra lusitana e dos seus heróis. Luso, Ulisses, Viriato, Sertório são individualidades que, efectivamente, remetem para momentos remotos: servem para delimitar uma fronteira (com os deuses) e anunciam o provir a que dão origem; por isso não se detém nelas o capitão e o enunciado é simples e breve. É breve também a contemplação das figuras dos «reis primeiros» e dos heróis que os acompanham ou prolongam; excepção é Afonso Henriques que preenche o espaço de três estrofes, a primeira das quais é artifício retórico de ampliação do interesse posto nela por parte do Catual que, em forma interrogativa, exprime a sua surpresa pela abundância de acções bélicas que a bandeira sugere.



Por contraste, impressiona a demora consagrada à figura de **Dom Nuno** e a insistência nos predicados que concita a sua gesta militar. No discurso de Paulo da Gama, são cinco as estrofes que lhe são dedicadas e a cadência de verbos de chamada de atenção marca o interesse em acentuar as suas qualidades perante o interlocutor e salienta igualmente o envolvimento do próprio narrador no enunciado de tais qualidades. Não é o espanto da representação que deve prender o olhar de quem analisa, pois o valor de significado está no que se enuncia e se marca:

*«Atenta num que a fama tanto estende
Que de nenhum passado se contenta,
Que a pátria, que de um fraco fio pende,
Sobre seus duros ombros a sustenta».*

(VIII, 28, 1-4)

Em enunciado simples, quer o poeta dizer que Nuno sobrepuja toda a fama e toda a glória dos antepassados; a razão é proporcional ao mérito: quando a independência da pátria estava presa por um fio ténue, tomara ele sobre si a tarefa hercúlea de tudo assumir sobre seus ombros — a imagem remete

necessariamente para Hércules que, traído por Atlas quando dele se aproximou para saber do paradeiro das Hespérides, aceitou tomar a seus ombros o orbe da terra.

Nos versos e estrofes que se seguem (VIII, 28, 5-8; 29-31), desenha-se esse herói de muitas e altas **qualidades** de chefe: determinante para joeirar os duvidosos da sorte, capaz de incutir confiança aos cépticos, é decisiva a sua intervenção para designar um rei que, sendo natural da própria terra, aos seus conaturais dê razões para excluir um estrangeiro; por seu conselho e ousadia, com os olhos postos em Deus, dá cumprimento ao que «impossível parecia»; lutando contra «o povo ingente» dos inimigos, por «indústria, esforço e valentia», consegue sucessivas vitórias, cada qual a mais «clara e bela»; no campo de batalha dá prioridade à devoção, pois, «orando, invoca a suma e trina Trindade» e assim encontra a hora mais propícia para o combate, por tal modo que, uma vez retemperada «em Deus a segurança da vitória», a luta, tornada inevitável pela parte contrária, tem garantia de êxito na confiança em Deus com que é aceite e acometida.

Na obediência à técnica narrativa mais consumada, não é suficiente a ostentação das qualidades. Segue-se por isso a **enumeração das façanhas**; só depois surge o **nome do herói**, para que mais atenta se torne a sua revelação: não a faz, porém, o narrador sem que antecipe uma figura maior com a qual se irmana e a quem supera:



*«Se quem com tanto esforço em Deus se atreve
Ouvir quiseses como se nomeia,
Português Cipião chamar-se deve;
Mas mais de Dom Nuno Álvares se arreia.»* (VIII, 32, 1-4)

Ou seja (interpretamos): poderia parecer temerário colocar em Deus a confiança em circunstâncias duvidosas e eriçadas das maiores dificuldades; um homem houve na história da terra portuguesa que ousou fazê-lo e não ficou frustrado nas suas expectativas; cabe-lhe por inteiro o nome de Cipião, o Africano. Este, em circunstâncias difíceis, ousou incutir confiança aos seus e enfrentar os inimigos da pátria; não ficando atrás do

herói romano, Dom Nuno superou-o e pode ter orgulho de ostentar um nome singular — Nuno Álvares, na sua estratégia, combinava perspicácia, confiança nos seus, valentia militar e santidade exímia, pois, nas suas acções, dava a Deus a primazia, daí retirando coragem e serenidade.

Continua o canto épico a acentuar os méritos do seu herói preferido e chegamos ao enunciado de onde partíramos para reaver o sentido da sequência:

*«Ditosa pátria que tal filho teve!
Mas antes, pai; que enquanto o Sol rodeia
Este globo de Ceres e Neptuno
Sempre suspirará por tal aluno.»* (VIII, 32, 5-8)

O simples e o erudito combinam-se nestes versos para encher de luminosidade e emoção a lembrança do herói: foi ele digno filho da sua terra; mas, mais do que isso, por tudo quanto fez, pela liberdade por que lutou, pela defesa que montou e pelas orientações que criou, merece ser apontado como verdadeiro pai da pátria e por isso sempre ela o lembrará e por ele há-de suspirar. «Ditosa pátria que tal filho teve!» O verso traz-nos de pronto à memória um outro do mesmo poema: «Esta é a ditosa pátria minha amada!» (III.21) Ditosos são outros (11 são as ocorrências do adjectivo em todo o poema), mas este de forma mais sublime, pois tem o condão de tornar ditosa a pátria que lhe deu berço.

*

Se do conteúdo passarmos ao estudo da forma, não é menor a nossa surpresa pelo modo como o poeta processa o seu discurso neste passo excepcional. Tão envolvido está o narrador no que conta que não prescinde de solicitar vezes sucessivas a atenção do interlocutor: «atenta / não vês / olha / vês / não vês / vê-lo / olha» são formas verbais que apelam para o sentido da vista (mais insistente e mais envolvente que o do ouvido, a que se dirige a palavra — já o sabíamos desde Aristóteles, mas ganhara novos interesses com a dinâmica dos Descobrimentos⁸ e pressupõe uma disponibilidade nova para atender à novidade quer da natureza quer das culturas dos outros povos).

⁸ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de pensamento em Portugal no século XV — Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*, Lisboa: Livros Horizonte, s.d. [1975].



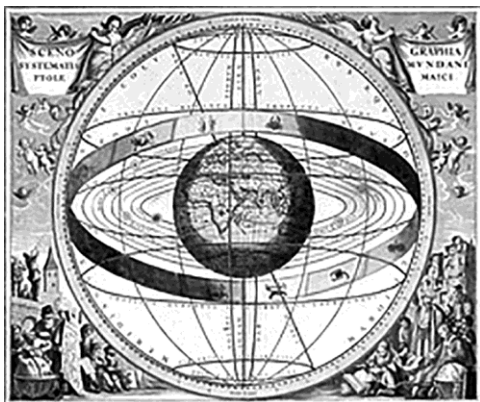
A cadência formada por esses apelos não é feita a esmo, mas em modo regular (de 4 em 4 versos, dividindo a oitava em duas semi-estrofes). Na forma, o enunciado alterna, mas o contraste da frase afirmativa com a negativa confere maior intensidade à interpelação.

Percebe-se a intenção deste jogo formal: fazer com que seja proposta explanação pela palavra a elementos que porventura não tivessem sido notados e muito menos entendidos na «muda poesia» (ou seja, na representação das bandeiras) é forma hábil de prender quem solicita esclarecimentos e ter autoridade para enunciar virtudes; é também modo subtil de emocionar pela intensidade posta na sequência construída em favor do herói.

Não nos pode passar despercebido que, na economia do poema, não é tanto a personagem do Catual que se pretende cativar, mas sim a do leitor/ouvinte do enunciado épico: mais que o Catual é o homem português quem é interpelado para atender à figura singular de Dom Nuno que se apresenta sem igual na história pátria.

Atentando na forma, importa atentar no facto de que este trecho faz parte de um episódio que vem já do canto anterior e se alarga por um canto inteiro e por isso há que prestar-lhe valor significativo. Analise-se a estrutura sintáctica do período inicial deste passo: pode parecer descuidada essa estrutura pela repetição de «que», mas, atendendo à sua função, somos levados a ver consagrada a virtuosidade do poeta que retém a atenção pela polivalência de uma mesma forma: o «que» relativo passa a «que» consecutivo e chega a «que» causal até regressar a novo «que» relativo — a caracterização é assim afirmada e motivada.

Por sua vez, os lexemas das palavras mais significativas enunciam traços que se sucedem, aparentemente sem um cume específico, porque todas essas palavras procedem da vida quotidiana, mas havemos de conceder que se dispõem em ordenação intensiva para activar o jogo da memória e para compor uma figura hercúlea: são menos estáticos do que aparentam os substantivos «fama – passado – pátria – fio – ombros»; são altamente tensos os significados dos verbos «estende – contenta – pende – sustenta»; o equilíbrio do passado fora rompido ou estava em risco de desmoronar: o novo herói não se limita a



salvaguardar o passado, mas satisfaz as exigências que o respeito por esse passado reclama e dá-lhe o alento necessário para projectar uma nova idade em estrutura mais vigorosa.

Em linguagem de Fernão Lopes e em concordância com ele, podemos assegurar que Nuno Álvares é o novo herói que prepara uma sétima idade que será iniciada pela «íclita gera-

ção, altos Infantes» (IV, 50); na expressão de Camões, quando as caravelas partem do Tejo, «O Mundo, que co tempo se consume, / Na sexta idade andava, enfermo e lento». Essa idade atinge o seu cumprimento na gesta da Índia⁹.

Atendamos a uma estrutura maior. O número de estrofes (cinco) e de versos (quarenta) é numericamente largo; é, no entanto, a cadência formada pela variação das estrofes consagradas às diversas figuras que nos chama mais a atenção, pois, analisada em perspectiva de proporção, alcança um crescendo ou gradação que nos parece portadora de significação e com relevo marcado para a figura de Nuno Álvares; não será certamente casual que o número de estrofes consagrado à maior parte das figuras seja de uma estrofe, enquanto para a figura de Afonso Henriques é de três e para a de Nuno Álvares lhe são reservadas cinco: ora, facilmente reconheceremos que a relação aponta para a «divina proporção»¹⁰; daí, dessa sequência e dessa contraposição, parece-nos deduzir uma intensidade que tem o equilíbrio da harmonia.

⁹ Fernão Lopes vê a sétima idade abrir com a geração de Avis; o cronista não podia, ao tempo, prever a chegada à Índia que Camões coloca como momento decisivo.

¹⁰ A sequência faz lembrar a dos números irracionais enunciada pelo matemático Leonardo Fibonacci — 1, 3, 5: mesmo se falta 2, há que atender à relação terminal que exprime o valor de $\phi = 1,1618$, mas sobretudo atende à relação final que exprime um engrandecimento de 5 contra 3 e contra 1. Outros, para razões diversas, comentaram a «divina proporção» que se divisa em Camões; cf. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, Lisboa, 1985. Não é por redução a números que se alcança o sentido do discurso, como não é ela que define a obra de arte; facto é que a harmonia é pressentida em formas consagradas desde Fídias a Almada Negreiros. Como crítico abonamo-nos na sua verificação para nos certificarmos de que não extravasamos na análise. Cf. Luís de Sousa, «Recensão crítica a “Camões e a Divina Proporção”, de Vasco Graça Moura», *Colóquio/Letras*, 92, Julho 1986, 107-109.

Acresce também a consideração do número de vezes que a figura de Dom Nuno é mencionada na economia do poema em distribuição que o abrange num horizonte largo e compreensivo de uma cadência: nada menos que nos cantos I, IV, VIII.

Com tudo isso teremos legitimidade para reconhecer uma intenção de apontar para uma figura heróica de excelência máxima.

No modo de atender a essa figura fica construída uma mensagem e talvez na sua aceitação tenhamos condições para perceber tanto a estrutura épica do poema em si como os nódulos fundamentais dessa mesma estrutura e o valor estruturante do próprio episódio.

*



Em termos simples, é evidente que o poeta enuncia a grandeza da pátria através das figuras principais; ora, na apresentação pública que Camões delas faz, a figura de Nuno Álvares tem um **relevo singular**: para um estrangeiro seria indiferente que outro tivesse o seu lugar, mas não assim para o poeta que procura expressar a memória e a verdade da história da sua pátria: o relevo com que a marca é sinal de uma excelência que se celebra. Por Nuno é ditosa a pátria; ditosos são todos aqueles que nessa figura se louvam e se revêem!

*

Abrindo mais o horizonte do poema, importará acentuar o valor e o significado de por em três momentos o nome e a figura de Nun' Álvares serem trazidos à memória no poema camoniano. Perceberemos agora melhor por que razão o seu nome é o primeiro a ser evocado perante o monarca português, logo na dedicatória do poema ou também por que nessa evocação se perverte a ordem cronológica na menção dessas figuras, quando se promete um canto em que as façanhas singulares dos heróis pátrios serão celebradas. Trazê-la à cabeça da evocação é apontar-lhe singularidade. Atendamos aos versos do épico:

«Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
 Fantásticas, fingidas, mentirosas,
 Louvar os vossos, como nas estranhas
 Musas, de engrandecer-se desejosas:
 As verdadeiras vossas são tamanhas,
 Que excedem as sonhadas, fabulosas,
 Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro,
 E Orlando, inda que fora verdadeiro.

«Por estes vos darei **um Nuno fero**,
 Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,
 Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
 A cítara para eles só cobiço» (I, 11-12, 1-4).

Pela verdade e contra a fábula situa o poeta o seu «fingimento épico» para enobrecer quem à fraqueza não cedeu; dentre todos destaca-se «Nuno fero» (entenda-se o adjectivo com o valor originário de «intrépido»).

Outra situação particularmente marcante traz à liça a memória de Nun' Álvares. No discurso de apresentação da sua terra e das suas gentes ao rei de Melinde pelo próprio capitão da armada, Vasco da Gama, o épico entrega a essa mesma personagem o discurso fundamental e a atitude desassombrada que decide os temerosos perante o poder estranho que avança sobre a terra portuguesa (IV, 15-19); nele, «grão Pereira», se ergue a força na luta contra «os immigos» que «recrecem sobre a sua pouca gente» (IV, 31 ss.), pois, «Nuno (...) como



sábio capitão / tudo corria e via e a todos dava, / com presença e palavras, coração». Não seria «facundo» o herói, mas a ele pertenciam as melhores provas de lealdade e de destemor, de perspicácia e afoiteza.

Para quem conheça a análise ímpar da figura de Dom Nuno na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes

feita por um dos melhores conhecedores do texto que é William James Entwistle reconhecerá na figura do mesmo Dom Nuno desenhada por Camões os traços fundamentais de um chefe que se faz notar pelas suas qualidades superiores¹¹.

Não hesitamos em conceder que a análise de W. J. Entwistle descobre em Dom Nuno qualidades raras de estratega consumado e de herói de humanidade serena e compreensiva, racional, não subordinado a estratégias de destruição, estrénuo e cordial pelo que compreende e pelo que reparte: intuiu ele com precisão a vontade do povo a quem servia como cavaleiro dedicado ao seu rei; aprendeu depressa a lição dada pelos mestres ingleses ao exército português; a sua inteligência levou-o a perceber as vantagens das acções de movimento (e não de cerco), a sua lucidez deu confiança a quem o seguia, a sua firmeza deu coesão a homens que não tinham sido preparados para qualquer acção militar e evitou dispersões ou invejas; a sua capacidade de decisão rápida, aproveitando ao máximo os meios disponíveis, no terreno mais adequado (como em Aljubarrota)¹², permitiu-lhe sair vencedor em momentos dos quais seria de esperar outro resultado; por sentido de humanidade, renunciou a planos formados (como foi o de ir a Santa Maria de Guadalupe em romaria), pois (assegura Fernão Lopes) «lhe disseram que era forçado de suas gentes fazerem dano naquela terra; e por este azo se tornou atrás»; sem hesitar, no entanto, impôs a sua vontade quando as indecisões dos medrosos comprometiam o que não podia ser adiado e fez com que o rei, recém-eleito, não se fosse para Inglaterra, em nau já preparada (e a pretexto que aí podia evitar ser capturado pelo inimigo). A oração a que se entregava em batalhas não era gesto supersticioso, mas contenção de espírito e vibração da consciência perante um dever que sentia vindo do Alto; com ela reafirmava as suas convicções e retemperava energias de reserva, ao mesmo tempo que, como em Valverde, dilatava o olhar sobre o terreno para melhor entender as posições estratégicas, arriscando com objectivo calculado e em momento mais propício.

*

¹¹ William James Entwistle, «Nun'Álvares e a defesa de Portugal», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 2. Lisboa, 1949, pp. 164-178. O texto foi inicialmente conferência pronunciada em 1941, em tempos de plena Guerra Mundial.

¹² Cf. João Gouveia Monteiro, «La bataille d'Aljubarrota et la tactique au XIV.ème siècle», in *Quatre études d'histoire militaire médiévale portugaise*, Leiria, Palimage, 2007, pp. 87-109; Id., *Aljubarrota revisitada*, Coimbra, 2001, pp. 193-286.

Quanto às suas virtudes «naturais, morais e teológicas», para vertermos em linguagem mais inteligível para hoje os termos do próprio rei D. Duarte, bastará remeter para o sermão composto por este rei no *Sumário que o Infante [D. Duarte] deu a Mestre Francisco pera pregar do Condestabre Dom Nuno Alvarez Pereyra*, ou ler o capítulo final da *Crónica de D. João I*. Para sermos breves, aceitemos por todos dois parágrafos que aí colhemos, pois Fernão Lopes uma vez mais é insuperável:

«E por em se escrepve delle que foy grande e forte muro, segumdo braço da defenssom do reino. Assim que com gram voontade diziam delle depois os povos que nenhuñ podera seer emlegido a semelhante honrra [de Condestável] de que tantos proveitos vehessem ao reino e a alteza reall como deste. Como a estrella da manhã foi claro em sua geeraçom, sendo de honesta vida e homrosos feitos, no quall parecia que relluziam os avisados costumes dos antiigos e grandes varoões.»

Não leu Camões por certo ao rei D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*, pois este ficou nos escrínios familiares; leu certamente a Fernão Lopes: porventura não há coincidência nas palavras, mas há convergência no juízo por eles feito quanto à personalidade de Dom Nuno.

*

Efectivamente, que Camões coloque a figura de Dom Nuno nos cantos I, IV, VIII, merece atenção. São cantos charneira da narrativa épica, dão-lhe travejamento e sustentam a estrutura da memória histórica a que dão consistência. Não pode senão significar o preito de homenagem épico à «estrela da manhã» que mais que todos os heróis portugueses merece as honras de quem interpreta o sentido da Memória da colectividade a que pertence. Com ele proclamamos «Ditosa pátria que tal filho teve». Filho? — estranhará alguém. O épico responde. «Mas antes, Pai!»

Terá o épico sido condicionado por outros para este encarecimento — especificamente pela Casa de Bragança, que, ao longo do séc. xvi se ocuparia em resgatar um prestígio posto em causa? O tema é melindroso, mas não nos parece que alguém o queira assumir numa tradição que esquadrinhou o poema à exaustão; na própria Casa de Bragança, possivelmente, D. Jaime terá querido que Juan Fernández passasse para latim a *Crónica do Condestável*; no entanto, não

conhecemos documento que nos informe de que o seu filho, D. Teotónio, arcebispo de Évora, cuja formação teológica e espiritual passou por Roma, tenha assumido qualquer acto em favor de Nuno Álvares, nomeadamente da sua canonização. A promoção da edição de 1526 é certamente iniciativa da Casa de Bragança; porém, essa iniciativa não condicionava ninguém; D. João III acompanhou, no Carmo, a mudança do mausoléu do lado da epístola para o lado do evangelho, mas não lhe conhecemos qualquer outro gesto relativo à manipulação da memória quanto a D. Nuno. Por nossa parte, não conseguimos ver o poeta Camões em concessões condicionantes do seu génio. Sem condicionantes, declara ele: *Ditosa pátria que tal filho tem!* E, como que voltando sobre si, recupera como protector e pai quem lhe infunde confiança e dilata a alma!

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 9 de julho de 2009)